

206  
2



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2ª Câmara de Direito Público  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

**Embargos de declaração no recurso de agravo na apelação cível nº 300590-5 –  
Comarca do Recife**

**Embargante:** Pedro César Luiz Bezerra.

**Embargado:** Estado de Pernambuco.

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. ACLARATÓRIOS IMPROVIDOS. 1. Os embargos de declaração não são cabíveis para a simples rediscussão da matéria. 2. As questões suscitadas foram devidamente enfrentadas no aresto embargado, não servindo a sede aclaratória ao reexame meritório do que já foi decidido. 3. Embargos de declaração à unanimidade improvidos, não se considerando malferidos os arts. 5º, XXXV; 37, *caput* e o princípio da razoabilidade, todos da CF/88 e o art. 41 da Lei nº 8.666/93, pela fundamentação exposta.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração no recurso de agravo na apelação cível nº 300590-5, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 19 de setembro de 2013

  
Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator

207  
2



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2ª Câmara de Direito Público  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

**Embargos de declaração no recurso de agravo na apelação cível nº 300590-5 –  
Comarca do Recife**

**Embargante:** Pedro César Luiz Bezerra.

**Embargado:** Estado de Pernambuco.

**RELATÓRIO**

Cuida-se de recurso de embargos de declaração em face de acórdão assim ementado:

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. REPROVAÇÃO DA AGRAVANTE NO EXAME INTELECTUAL. NOTA MÍNIMA AVERIGUADA POR DISCIPLINA. INTEGRATIVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Processo seletivo interno para o preenchimento das vagas disponibilizadas para o Curso de Formação de Sargentos, não logrando o agravante êxito nos exames intelectuais. 2. O candidato, para ser aprovado no exame intelectual, deve obter um número de acertos mínimo equivalente a 40% (quarenta por cento) em cada disciplina, estando elas dentro das suas respectivas áreas de conhecimento, conforme entendimento manifestado pela própria Comissão do certame. 3. O mesmo critério de correção fora aplicado aos demais candidatos no certame em apreço. 4. Recurso de agravo improvido, não se considerando vulnerado o disposto no art. 37, *caput*, da CF e o princípio da razoabilidade. 5. Decisão unânime (RA no AC 300590-5, 2ªCDP, rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 04/07/2013).

Requer o embargante, para fins de prequestionamento, a manifestação expressa acerca da ocorrência, ou não, de violação aos arts. 5º, XXXV; 37, *caput*; e o princípio da razoabilidade, todos da CF/88 e do art. 41 da Lei nº 8.666/93.

É o relatório.

**VOTO**

Busca-se nesta sede, para fins de prequestionar a matéria, o pronunciamento explícito a respeito da ocorrência, ou não, de violação aos arts. 5º, XXXV; 37, *caput*; e o princípio da razoabilidade, todos da CF/88 e do art. 41 da Lei nº 8.666/93.

No caso em apreço, a decisão embargada está pautada na reiterada jurisprudência deste Sodalício, conforme se depreende da leitura do acórdão, as questões suscitadas foram devidamente enfrentadas no aresto embargado, não servindo esta sede aclaratória ao reexame meritório do que já foi decidido, posto que não se presta à simples rediscussão da matéria já amplamente ventilada.

Neste sentido, colaciono jurisprudência do STJ, consoante arestos adiante ementados:

~

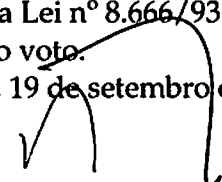
PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. ICMS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Hipótese em que o acórdão embargado foi claro ao decidir que não houve prequestionamento do art. 515 do CPC pela instância a quo. 2. Só se admite o conhecimento de matéria de ordem pública, mesmo na ausência de prequestionamento, se aberta a instância especial por outra questão, o que não ocorreu in casu. Precedentes do STJ. 3. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito. 4. Embargos de Declaração rejeitados (EDcl no AgRg no AREsp 52.437/PR, T1, rel. Min. Herman Benjamin, DJ de 24/04/2012).

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER DAS HIPÓTESES DO ARTIGO 535 DO CPC. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL NO ÂMBITO DESTA CORTE. DESNECESSÁRIO. 1. Nos termos do artigo 535 do Código de Processo Civil-CPC, os embargos de declaração são cabíveis para sanar omissão, obscuridade ou contradição, ou ainda para a correção de eventual erro material do julgado, o que não ocorreu. 2. O acórdão embargado dirimiu a lide de forma clara, expressa e fundamentada, conforme se infere da fundamentação transcrita no corpo deste voto. A embargante, ao argumento de ofensa ao dispositivo do Código de Ritos, busca, na verdade, rediscutir decisão que lhe foi desfavorável - no caso a (in)viabilidade de o STJ rever acórdão para afastar ou reduzir a condenação por danos morais, quando o quantum arbitrado não configura desproporcionalidade. A via dos embargos de declaração não se presta para tal propósito. 3. Inexistindo qualquer das hipóteses elencadas no art. 535 do Código de Ritos, devem ser rejeitados os aclaratórios, sob pena de abrir-se a possibilidade de rediscussão da matéria de mérito encartada nos autos e já decidida. 4. Desnecessária a manifestação expressa sobre os dispositivos constitucionais para efeito de prequestionamento. A Suprema Corte considera prequestionada a matéria constitucional pela simples interposição dos embargos declaratórios. 5. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no AREsp 65.739/RJ, T2, rel. Min. Castro Meira, DJ de 16/03/2012).

Por fim, se há eventual *error in iudicando* por parte do colegiado, este deve ser enfrentado através da interposição de recurso subsequente adequado e em tempo oportuno, não pela estreita via dos presentes aclaratórios, aos quais, por estas razões, nego provimento, não se considerando malferidos os arts. 5º, XXXV; 37, *caput* e o princípio da razoabilidade, todos da CF/88 e do art. 41 da Lei nº 8.666/93.

É como voto.

Recife, 19 de setembro de 2013

  
**Des. Ricardo Paes Barreto**  
**Relator**